

Sistema de **Comércio** Exterior **Brasileiro:** análise das políticas dos setores público e privado

Razões e diferenças das políticas públicas e privadas no contexto do Sistema de Comércio Exterior Brasileiro.



POR EDMIR KUZAQUI

O acordo nuclear assinado por Brasil e Irã fecha o caminho para imposição de novas sanções ao regime iraniano, porém, foi em Brasília, com o intuito de coordenar ações de recuperação para o Nordeste, que o Presidente Lula se ocupava, enquanto tal acordo era sancionado. Aqui podemos notar a dicotomia entre política pública e privada no contexto do sistema de comércio brasileiro.



© ABEDIN TAHERKENAREH/epa/Corbis

Introdução

As políticas públicas advêm de conjunto de fatores que tem por objetivos principais o crescimento econômico e consequentemente o bem-estar social de sua população. Em contraponto, temos a iniciativa privada, norteadas por questões mais focadas e mais competitivas. Nesse contexto, por meio de dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de diferentes veículos de comunicação, além do vivencial do autor, procura-se analisar e discutir esta dicotomia histórica.

Análise das políticas públicas e privadas

Durante a Cúpula do G-20, em especial no P5+1, o Brasil perdeu uma grande oportunidade de construção de um diálogo entre os principais países, em especial com os Estados Unidos da América. Da reunião, participaram dois grandes representantes dos chamados emergentes, Índia e China, que dialogaram fortemente e informalmente sobre o Irã e puderam estreitar mais relacionamentos comerciais com os Estados Unidos.

É sabida e notória a posição de Luiz Inácio Lula da Silva na questão da energia nuclear do Irã, mas, quando do advento da Cúpula, o presidente preferiu permanecer em Brasília para coordenar ações de recuperação do Nordeste. É a partir desse pequeno recorte situacional que eu gostaria de enfatizar as diferenças entre as políticas públicas e privadas no contexto do Sistema de Comércio Brasileiro.

Um país pode ser definido como um grupo de unidades administrativas que deve atender aos objetivos nacionais e regionais, contemplando o bem-estar econômico e social. Dificilmente haverá uma quebra entre o que é econômico e o que é social, pois um interfere no outro. Entretanto, permeando os objetivos a serem traçados, temos a dimensão política, no sentido lato do termo, que interfere nas políticas do governo, ou, melhor dizendo, de cada governo, nem sempre de forma consistente, ➔



O setor privado sofre com a falta de consistência e continuidade das políticas industriais com o comércio exterior, o que exemplifica que, em junho de 2010, menos de 1% das exportações brasileiras foram influenciadas pelos acordos comerciais do atual governo dos últimos dez anos.

coerente e contínua. Nesse mesmo país, temos personalidades jurídicas do setor público e privado. Cabe às entidades públicas manter a máquina administrativa, dentro da persona característica do setor público e de cada governo e as entidades privadas, que devem trabalhar dentro de uma realidade de demanda e oferta nacional e internacional, sempre com um objetivo econômico. Por vezes, existe um descompasso muito forte entre o que

é político, econômico e social nas dimensões públicas e privadas.

As exportações brasileiras, por exemplo, têm aumentado gradativamente nos últimos anos, porém em descompasso com as importações, e com a média de crescimento mundial. Segundo o MDIC, a Balança Comercial Brasileira de 2009 fechou com um superávit comercial de US\$ 25,348 bilhões, tendo os manufaturados uma diminuição de 27,3% em relação ao ano anterior, fenômeno que vem ocorrendo gradativamente em decorrência do nosso parque industrial, da ausência de políticas concretas de comércio exterior, devido às estratégias do atual governo federal, bem como à alavancagem da China e da Índia.

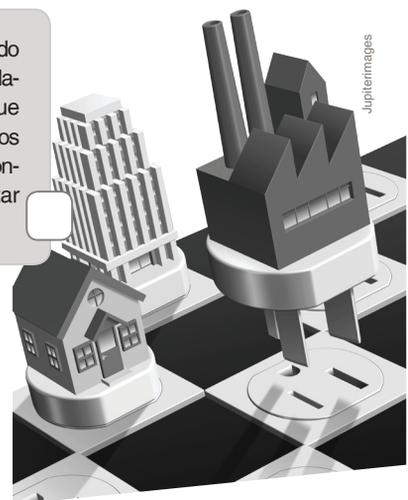
Essa queda pode ser atribuída, em parte, à crise internacional, que afetou a base produtiva e as relações comerciais internacionais entre os países. Entretanto, é muito reducionista afirmar que ela é a responsável principal – como afirmam alguns representantes do governo. Isso porque existem outros fatores expressivos, como a demora na recuperação da demanda interna no decorrer do ano passado, a sensibilidade dos produtos manufaturados brasileiros em relação à política cambial, além da constante intenção de alguns articuladores brasileiros de tentar redirecionar nossos relacionamentos comerciais para economias menos desenvolvidas, promovendo atritos

diplomáticos com mercados que usualmente consomem produtos desta categoria, como os Estados Unidos e Europa.

Um fato relevante é que comercializamos o que podemos produzir, com o nível de qualidade que nossas empresas podem agregar aos produtos, independentemente do cenário internacional e das estratégias adotadas pelo governo federal e pelas empresas. Dessa forma, boa parte da nossa pauta de exportações se refere a produtos básicos, insumos e recursos que nos possibilitam efetuar vendas a um custo baixo, apesar do custo Brasil. Tal cenário advém das características continentais de nosso país e de nossa política industrial.

A economia brasileira passou por um doloroso processo de ajustamento industrial no período de 1980/1997 – pós-crise internacional – com o crescimento acelerado da inflação, participação crescente das importações substitutivas e finalmente com a abertura irrestrita do mercado aos produtos importados no governo Collor. Foram necessários ajustes contextualizados ao ambiente competitivo no mercado doméstico e principalmente internacional, envolvendo o nível corporativo e organizacional, com otimização de custos, contenção de despesas e racionalização dos métodos produtivos, objetivando custos menores, sinergia, economia de escala, maior produtividade, qualidade de produtos e menor necessidade de capitais de terceiros, principalmente adequando o fluxo de caixa. Procurou-se adotar durante todo esse processo de ajustamento uma política de

Um país pode ser definido como um grupo de unidades administrativas que deve atender aos objetivos nacionais e regionais, contemplando o bem-estar econômico e social.





O mercado chinês possui uma indústria em transformação, empenhando-se em atender as demandas internacionais e internas. Aparentando um câmbio pseudodesvalorizado, a China se recuperou facilmente da crise internacional e tem novamente despontado como o principal país influenciador do comércio internacional.

convergência internacional para uma outra, relacionada ao *share* industrial agregado, denotando uma estrutura industrial com forte heterogeneidade inter-

tersetorial, significando num primeiro momento uma tentativa de adaptar o modelo brasileiro ao padrão internacional e, posteriormente, uma busca de interdisciplinaridade e complementariedade produtivas.

Entretanto, políticas devem estar contextualizadas com propostas e ações. O desempenho industrial brasileiro mostrou, nos últimos anos, uma certa capacidade reativa e não propriamente proativa do setor produtivo privado frente às constantes transformações e mudanças econômicas internacionais. Na área pública, entretanto, faltam investimentos que deveriam acompanhar a tentativa de crescimento, bem como uma política industrial que possibilite um incremento de tecnologia e desenvolvimento sustentado. Falta capacidade das estradas, ferrovias e portos, mão de obra qualificada, tecnologia de ponta e recursos para que a convergência para uma forte heterogeneidade intersetorial aconteça de fato e traga

uma expansão econômica interna e externa. Além disso, a reforma tributária e a correta aplicação dos impostos recolhidos são de suma importância para que a expansão ocorra naturalmente.

Fazendo um comparativo com a demanda do mercado chinês (já que tanto Brasil quanto China integram o BRIC), o porto de Yangshan, em Xangai, é o segundo maior porto em volume de mercadorias no mundo e está passando por reestruturação que lhe possibilitará ser o maior ponto de entrada e saída de mercadorias do mundo. Esse fato, consequência da mudança e transformação econômica do país, nos sugere a necessidade de investimentos maciços que possibilitem o aumento da produtividade e competitividade industrial das empresas brasileiras. Além disso, pensar China como parceira comercial não parece ser profícuo já que, em tese, o mercado chinês possui uma estrutura industrial em transformação, com uma indústria em pleno emprego para atender as demandas internacionais e internas. Com um câmbio pseudodesvalorizado, a China se recuperou facilmente da crise internacional e tem novamente despontado como o principal país influenciador do comércio internacional e possivelmente reverterá a relação importação-exportação ainda nesta década.

No Brasil, números recentes publicados pelo NUCI (Nível de Uso da Capacidade da Indústria), indicam para este ano uma média do uso da capacidade instalada da indústria de 83,8% e uma intenção do empresariado de aumentar a capacidade de produção em setores relacionados à cadeia de valores da indústria automobilística (o que parece ser um padrão de comportamento mundial), eletrônicos e eletrodomésticos. Investimentos em bens de consumo parece uma decisão acertada, levando-se em consideração o ➔

A constante intenção de articuladores brasileiros em tentar redirecionar nossos relacionamentos comerciais para economias menos desenvolvidas só promoveu atritos diplomáticos com mercados que consomem nossos produtos, como os Estados Unidos e Europa.



alto valor agregado e o provável reaquecimento do consumo interno. Entretanto, para confirmar e concluir a análise deste artigo, propostas devem ser relacionadas com ações que contribuam para a cadeia de eventos. Com a sucessiva diminuição de nossas exportações de manufaturados, inclusive com a decisão de diminuir a dependência de nossa pauta de exportações ao mercado norte-americano, torna-se difícil a sustentabilidade das propostas, havendo mais uma vez uma falta de coerência na política industrial e que influencia todo o comércio exterior brasileiro.

É histórica a falta de consistência e continuidade das políticas industriais com as de comércio exterior, que influenciam fortemente no setor privado. Para se ter uma ideia, fazendo um balanço em junho de 2010, menos de 1% das exportações brasileiras foram influenciadas pelos acordos comerciais do atual governo dos últimos dez anos. Destes, somente com a Índia e Israel, porém com certas reservas. Fechamos um acordo de livre comércio com Israel, contudo esse país representou menos de 0,18% em 2009. A Índia representou 2,2%, porém abrange um conjunto de 450 produtos dentro de um portfólio de 9.000. Além disso, a Índia tem um forte relacionamento comercial com a União Europeia, o que nos traz certos obstáculos às trocas comerciais com o Brasil.



O Japão, a Alemanha e os Estados Unidos usam um posicionamento de país, diferentemente do governo brasileiro que opta, de tempos em tempos, por determinados setores para incentivos que objetivam metas de curto prazo.

AdiStock.com

O Ministério das Relações Exteriores tem uma importante missão de criar uma imagem institucional do país que alavanque as exportações brasileiras. Entretanto, existe historicamente um descompasso entre o que produzimos e que posicionamento desejamos ter. Nos últimos anos, tivemos um crescimento na comercialização de *commodities* – agrícolas e pecuárias. Em contrapartida, diminuimos significativamente a comercialização de manufaturados, pois a indústria nacional não tem condições nem de atender o mercado interno, levando o país recentemente a liberar a importação de quase cem itens. Fechamos o mês de junho com um aumento expressivo de 43,9% nas importações brasileiras, em relação ao mesmo período de 2009.

Conclusões

A estrutura industrial brasileira é constituída por um grupo heterogêneo de setores produtivos industriais que, por vezes, se relacionam entre si. Essa forte característica de heterogeneidade intersetorial possibilita uma diversidade econômica, mas não um foco de excelência, em que cada região pode desenvolver sua *core competence* e não um posicionamento de país, como ocorre com Japão, Alemanha e Estados Unidos, por exemplo. O governo, em seus diferentes níveis, opta, de tempos em tempos, por determinados setores para incentivos que objetivam metas de curto prazo. Entretanto, boa parte do resultado econômico do Brasil é decorrente dos esforços, práticas e estratégias do empresariado brasileiro. Boa parte do ônus dos resultados financeiros das empresas é democratizada para o governo, sem uma política consistente de crescimento econômico integrado.

ESPM

EDMIR KUAZAQUI

Doutor e mestre em Administração (linhas de pesquisa: Marketing, Recursos Humanos e Comércio Exterior). Pós-graduado em Marketing e professor da ESPM. Autor de livros, consultor e presidente da Academia de Talentos.
